

# TC 70

2017-2018

**PLANO DE GESTÃO TCE-PR**

**Abril de 2017**

**COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2017-2018**

**CONSELHEIRO PRESIDENTE**

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

**CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE**

NESTOR BAPTISTA

**CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL**

FABIO DE SOUZA CAMARGO

**CONSELHEIROS**

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

IVAN LELIS BONILHA

IVENS ZSCHOERPER LINHARES

**DIRETORA-GERAL**

CELIA CRISTINA ARRUDA

**COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO**

MAURO MUNHOZ

# APRESENTAÇÃO

O Plano de Gestão, previsto no Art. 6º da Resolução-TCE-PR n.º 57/2016, constitui um mecanismo de alinhamento institucional, que tem a função de estabelecer e comunicar as prioridades e o direcionamento tático pretendido pela gestão. É composto por objetivos, indicadores de desempenho e metas, trazidos do Plano Estratégico, pelo Plano Anual de Fiscalização (PAF 2017), pelo portfólio de programas e projetos institucionais prioritários e pelas demais iniciativas que nortearão as ações do Tribunal no período ao qual se refere.

O referido Plano será divulgado institucionalmente, assim como seus programas, projetos e ações derivadas, sendo base para a elaboração dos planos operacionais pactuados com as unidades.

Os planos operacionais serão desdobrados do Plano de Gestão e serão detalhados em entregas, responsáveis e respectivos prazos. Já os programas e projetos seguirão o processo de gestão de portfólio em adoção pela Casa.

O monitoramento dos resultados alcançados, definidos neste Plano, estará a cargo da Diretoria de Planejamento (DIPLAN), compartilhados e discutidos por meio de reuniões periódicas com os responsáveis. Estes resultados serão apresentados nas Reuniões de Avaliação Estratégica - RAE, com a Diretoria-Geral e Coordenação-Geral de Fiscalização, a fim de se identificar as soluções necessárias para o atingimento dos objetivos planejados.

Os dados necessários ao cômputo dos indicadores do Plano de Gestão serão extraídos das bases das soluções de TI que suportam a gestão do planejamento institucional ou de informações enviadas pelos responsáveis.

O Plano de Gestão poderá ser revisto a qualquer tempo no decorrer do exercício, caso haja superveniência de fato que justifique a necessidade de ajustes.

# 1. OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Neste primeiro capítulo, traz-se os objetivos estratégicos categorizados conforme as perspectivas do mapa estratégico, o qual está contido no capítulo cinco. Para que o Plano Estratégico atinja a sua visão de futuro no prazo estipulado, os respectivos objetivos deverão ser monitorados por meio de indicadores de desempenho e metas.

## 1.1 Perspectiva da sociedade

### Objetivo Estratégico 1 - Fomentar a transparência na Administração Pública

Avaliar a transparência periodicamente, com a apuração e divulgação do índice de transparência de cada ente jurisdicionado e consolidar o Tribunal como uma fonte centralizada de informações acerca da Administração Pública Estadual e Municipal.

INDICADORES	META 2017
1.1. Índice de transparência da Administração Pública	Elaborar a metodologia do Índice de Transparência
1.2. Ampliação do Portal de Informações para Todos	Elaborar o Plano de Ampliação do PIT

### Objetivo Estratégico 2 - Contribuir para melhoria do desempenho da Administração Pública

Fiscalizar tendo por objetivo a melhoria do desempenho da Administração Pública, assegurando o cumprimento das recomendações e determinações resultantes do nosso processo decisório.

INDICADORES	META 2017
2.1. Índice de cumprimento das recomendações do TCE	Estabelecer o processo de registro e monitoramento
2.2. Índice de cumprimento das determinações do TCE	82%

### Objetivo Estratégico 3 - Combater a corrupção, a fraude e o desperdício dos recursos públicos

Acompanhar a execução das sanções aplicadas para reparação dos danos e avaliar e fortalecer o Controle Interno dos entes jurisdicionados, levando-o a cumprir as suas atribuições constitucionais e legais.

INDICADORES	META 2017
3.1. Índice de Acompanhamento das Sanções Pecuniárias	95%
3.2. Índice de maturidade do sistema de controle interno dos jurisdicionados	Elaborar a metodologia de avaliação do nível de maturidade

### Objetivo Estratégico 4 - Fortalecer a imagem institucional

Através da nossa conduta e atuação, gerar notícias que fortaleçam a instituição e elevem a percepção positiva da sociedade em geral e principalmente dos segmentos com quem nos relacionamos diretamente.

INDICADORES	META 2017
4.1. Índice de matérias positivas na mídia	Elaborar Plano / Metodologia de Avaliação das Matérias Positivas
4.2. Nível de percepção do público alvo	Elaborar o Plano de Avaliação da Percepção dos Públicos-Alvo

### Objetivo Estratégico 5 - Melhorar o desempenho do TCE-PR

Melhorar nosso desempenho na avaliação QATC/MMD realizada pela ATRICON e em uma relação custo x benefício favorável.

INDICADORES	META 2017
5.1. Nota da avaliação QATC/MMD ATRICON	2,9
5.2. Relação custo x benefício do TCE	Estabelecer metodologia de registro e mensuração financeira dos resultados da fiscalização

## 1.2 Perspectiva de processos internos

### Objetivo Estratégico 6 - Estimular o Controle Social

Incentivar a participação da sociedade através do controle social.

INDICADORES	META 2017
6.1. Índice de implementação do Plano de Estímulo ao Controle Social	Elaborar o Plano Bianual de Estímulo ao Controle Social

### Objetivo Estratégico 7 - Intensificar a cooperação com agentes de controle e entidades de interesse

Estreitar a relação com parceiros atuais e futuros, de forma efetiva.

INDICADORES	META 2017
7.1. Ações conjuntas de controle	1
7.2. Índice de efetividade das parcerias firmadas	80%

### Objetivo Estratégico 8 - Intensificar as ações de capacitação externa

Contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências dos servidores e gestores públicos.

INDICADORES	META 2017
8.1. Inscrições em cursos de capacitação externa	30.000

### Objetivo Estratégico 9 - Aperfeiçoar os processos de trabalho de fiscalização.

Melhorar a eficiência e a eficácia dos nossos processos de trabalho de fiscalização.

INDICADORES	META 2017
9.1. ATRICON - QATC-10 - Agilidade no julgamento de processos e gerenciamento de prazos pelos Tribunais de Contas	14 (GAP = 3)
9.2. ATRICON - QATC -11 - Controle Externo Concomitante	14 (GAP = 3)

### Objetivo Estratégico 10 – Ampliar e aperfeiçoar a sistemática de avaliação da Administração Pública baseada em indicadores

Aferir e divulgar sistematicamente o desempenho da Administração Pública.

INDICADORES	META 2017
10.1. Número de indicadores desenvolvidos, medidos e publicados regularmente	Apurar e divulgar os dois indicadores existentes: educação e saúde

### Objetivo Estratégico 11 - Aperfeiçoar os processos de trabalho de suporte e gestão.

Revisar e definir as rotinas, otimizando e integrando os processos de trabalho de suporte e gestão.

INDICADORES	META 2017
11.1. Processos de trabalho aperfeiçoados (otimizados, padronizados, implantados e monitorados por indicadores)	Identificar os processos de trabalho a serem aperfeiçoados e elaborar o plano de Implantação

### Objetivo Estratégico 12 – Aperfeiçoar a comunicação institucional.

Aprimorar os canais formais e informais de comunicação do TCE-PR com seus públicos de interesse.

INDICADORES	META 2017
12.1. QATC - 27 <sup>1</sup> : Comunicação com a mídia, com os cidadãos e com as organizações da sociedade civil	23

## 1.3 Perspectiva de pessoas e aprendizado

### Objetivo Estratégico 13 - Desenvolver competências comportamentais, técnicas e gerenciais.

Desenvolver e aperfeiçoar as competências dos membros e servidores.

INDICADORES	META 2017
13.1. Índice de execução do Plano de Desenvolvimento de Competências de membros e servidores	Elaboração do Plano de Capacitação

### Objetivo Estratégico 14 – Otimizar a alocação de pessoas, alinhando competências e demanda

Priorizar a alocação de pessoas com base em critérios formalmente estabelecidos.

INDICADORES	META 2017
14.1. Índice de alocação de pessoas	Elaboração da política de alocação.

<sup>1</sup> Numeração conforme a versão 2017 do Marco de Medição de Desempenho dos tribunais de contas, elaborado pela Atricon.

## 1.4 Perspectiva de orçamento e logística

### Objetivo Estratégico 16 – Assegurar bens e serviços adequados às necessidades do TCE-PR.

Dotar a instituição de ambiente físico e de meios tecnológicos adequados para o desempenho eficiente e seguro de suas atividades.

INDICADORES	META 2017
16.1. Índice de implementação Plano Plurianual de Manutenção e Investimentos em bens, serviços, obras e infraestrutura de TI	Elaboração do plano e cumprimento de 90% do cronograma

## 2. PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO - PAF 2017

No segundo capítulo do Plano de Gestão, constam as informações referentes ao Plano Anual de Fiscalização (PAF), que atende diretamente a missão institucional desta Casa de Contas, seguindo a reformulação ocorrida em 2016 com vistas à otimização dos recursos e integração dos seus esforços.

Para o ano de 2017, planeja-se executar atividades de fiscalização *in loco* em 100 municípios, distintos dos 100 já fiscalizados em 2016, em conformidade com a diretriz estabelecida pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) de aumentar gradativamente a atividade de fiscalização municipal, de forma a visitar cada município do estado pelo menos uma vez a cada ciclo de gestão local, ou seja, ao menos uma vez a cada quatro anos, em um primeiro momento.

O PAF 2017 estabelece seis áreas de fiscalização prioritárias no âmbito da Coordenadoria-Geral de Fiscalização: áreas temáticas (educação, saúde, meio ambiente e sistema carcerário); despesa com pessoal (folha de pagamento e RPPS); fiscalizações determinadas por acórdãos; gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos municípios; gestão e qualidade de obras públicas e operações de crédito cofinanciadas.

#### Auditorias do PAF 2017:

AUDITORIA	OBJETIVO
<b>PRÉ-ESCOLA E CRECHE</b>	Auditar o cumprimento da Meta 1 dos Planos Nacional e Estadual de Educação (que estabelecem a universalização do acesso à pré-escola às crianças entre quatro e cinco anos e a ampliação do acesso à creche) em 30 municípios diferentes daqueles fiscalizados em 2016. Objetiva também incluir transporte escolar e merenda na auditoria.
<b>PROGRAMA ESCOLA 1.000</b>	Manter a fiscalização, iniciada em 2016, do Programa Escola 1.000, desenvolvido pelo Governo do Paraná. Programa, executado pela Secretaria de Educação, atualmente fiscalizada pela 7ª ICE, prevê investimento de R\$ 100 milhões em reformas, reparos e pequenas obras de modernização de mil escolas estaduais, localizadas em cerca de 60 municípios.
<b>PAF SAÚDE</b>	Verificar a acessibilidade dos usuários à atenção básica oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 10 municípios, não auditados em 2016.
<b>PAF MEIO AMBIENTE</b>	Auditar o gerenciamento do lixo, em 12 municípios, especialmente no atendimento às obrigações estabelecidas pela Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa lei determina a extinção dos lixões a céu aberto, substituindo-os por aterros sanitários.
<b>PAF SISTEMA CARCERÁRIO</b>	Auditar o sistema carcerário do Paraná, avaliando instalações, estrutura de pessoal, gestão, custo e capacidade de ressocialização dos detentos. A fase inicial, já concluída, foi um estudo preliminar sobre o sistema carcerário, que serviu de base para a definição do escopo da auditoria que se inicia.
<b>PAF DESPESAS COM PESSOAL</b>	Auditar a folha de pagamento de 12 municípios (poderes Executivo e Legislativo), diferentes daqueles auditados em 2016, com o objetivo de detectar eventuais irregularidades.

<p><b>REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)</b></p>	<p>Com base no escopo da auditoria já realizada no PAF 2016, auditar os regimes próprios de previdência social de outros seis municípios. Principais objetivos são apurar inconsistências de receitas previdenciárias patronais e de servidores e ausência de retenção previdenciária de inativos e pensionistas.</p>
<p><b>PAF RECEITA PÚBLICA</b></p>	<p>Utilizar o controle da receita e da renúncia de receitas como indicador de desempenho na fiscalização de oito municípios, segundo a Resolução 6/2016 da ATRICON. Municípios serão selecionados, a partir da base de dados do SIM-AM, pelos critérios de materialidade, relevância e risco.</p>
<p><b>PAF OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNACIONAIS</b></p>	<p>Auditar operações de crédito cofinanciadas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Em 2017 serão acompanhados, segundo normas internacionais de auditoria, seis programas, executados por cinco municípios, e três programas executados pelo Governo do Paraná. O investimento total nesses oito programas, ao longo de todo o período de execução e incluindo financiamentos e contrapartidas locais, é de R\$ 3,67 bilhões. Auditorias englobam demonstrações financeiras, cláusulas contratuais, obras e controle interno.</p>
<p><b>PAF OBRAS PÚBLICAS</b></p>	<p>Inspecionar obras paralisadas em cinco municípios do Paraná, verificando a viabilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com as prefeituras, para a retomada e conclusão dessas obras. Além disso, por meio da Malha Eletrônica do TCE-PR, enviar advertências trimestrais aos municípios que tiverem obras paralisadas há mais de seis meses.</p>
<p><b>PAF PAVIMENTAÇÃO</b></p>	<p>Aferir a qualidade das obras de pavimentação em 10 municípios, por meio de avaliação técnica do asfalto, firmando TAG para a correção de irregularidades. Em outra frente, fazer a avaliação prévia de uma média de cinco editais de obras de pavimentação por mês, com foco no projeto básico, no orçamento e na habilitação técnica da empresa executora.</p>

### 3. PORTFÓLIO DE PROJETOS

Neste capítulo são apresentados os programas e projetos institucionais prioritários do período, iniciativas estas que buscam inovar e aprimorar as atividades do TCE-PR a fim de melhorar seu desempenho organizacional. O Comitê Estratégico de TI autorizará o início de novos projetos, conforme as iniciativas listadas abaixo forem sendo concluídas ou os servidores estejam disponíveis para serem alocados em novas demandas.

A Gestão de Portfólio ficará a cargo da Diretoria de Planejamento – DIPLAN, que elaborará novo fluxo de aprovação, monitoramento e controle dos projetos, bem como será responsável pela criação do painel do portfólio de programas e projetos, o qual estará disponível para o seu acompanhamento.

Nº	PROJETO	UNIDADE
1	Obras de Pavimentação	COFOP
2	Obras Paralisadas	COFOP
3	Malha Eletrônica	DIE, DTI, COFAP, COFOP, COFIT, COFIM, COFIE, ICEs
4	Analisador Genérico	DTI
5	Repositório Documental (ECM)	DTI
6	Arquitetura	DTI
7	Gestão de Qualidade	DTI
8	Gerenciador de Tarefas (Maestro)	DTI
9	Gerador de Formulários (Mosaico)	DTI
10	Análise Automática do SIAP Aposentadoria e Pensão	DTI e COFAP
11	Adequação estrutural do Plano de Contas da Receita Orçamentária	DTI e COFIE
12	AGEN - Entidades Estaduais - PCA	DTI e COFIE
13	Sistema Analisador para COFIM (AGEN – 1ª Análise PCA Exercício 2016)	DTI e COFIM
14	Implantação da Nova Codificação da Natureza da Receita	DTI e COFIM
15	Sistema de Gestão de Contratos	DTI e DA
16	Modernização do e-Contas e Cartório do TCE-PR	DTI e DP
17	Informação para Todos - PIT	DTI, DG e CGF
18	Sistema de Indicadores de Desempenho da Gestão Municipal	DTI, DG e CGF
19	Sistema de organização e pesquisa integrada de Jurisprudência	DTI, EGP
20	Sistema de Gerenciamento da EGP	DTI, EGP

## 4. EVENTOS

O ano de 2017 marca o aniversário de 70 anos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pensando em brindar a sociedade paranaense, que é a maior beneficiária da atuação desta Casa, a Administração preparou atividades especiais durante o exercício.

- **Programa de Inovação Cívica**

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná lança o seu primeiro Programa de Inovação Cívica, ação integrante do Plano Bianual de Estímulo ao Controle Social, a fim de engajar cidadãos interessados, programadores e *designers* no desenvolvimento de soluções que auxiliem a instituição nas atividades de fiscalização ou que estimulem a participação da sociedade no controle social dos municípios. O Programa será realizado no primeiro semestre de 2017.

- **II Fórum de Controle Externo – “70 anos Imprimindo o Futuro”**

Em comemoração ao aniversário do TCE-PR, será realizado o II Fórum de Controle Externo, nos dias 28 e 29 de junho de 2017, com ênfase no cidadão e seu papel junto ao TCEPR.

- **III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas**

Promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), com a colaboração do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), este evento objetiva a melhoria da administração pública, mediante apresentação de estudos acerca da qualidade das políticas públicas praticadas, bem como a multiplicação e intercâmbio de conhecimentos, visando à diminuição das desigualdades sociais no Brasil. O Congresso será realizado no segundo semestre de 2017.

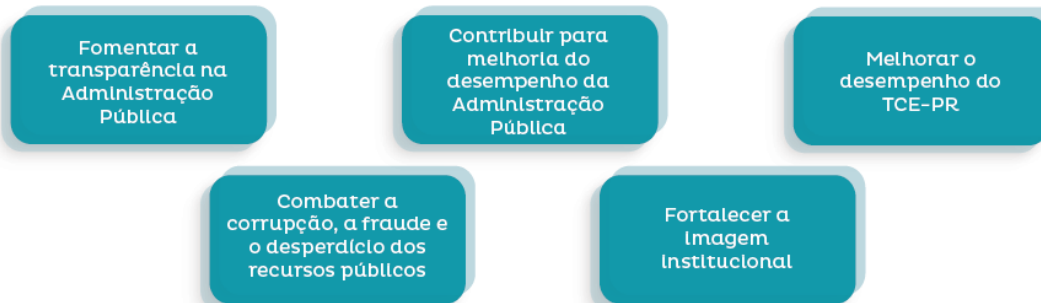
# 5. MAPA ESTRATÉGICO



## MAPA ESTRATÉGICO 2017-2021 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

MISSÃO: "Fiscalizar a gestão dos recursos públicos"

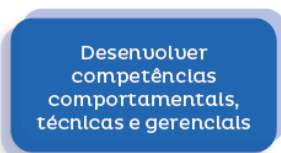
VISÃO: "Seremos um Tribunal mais próximo da sociedade, com mais resultados que a beneficiem"



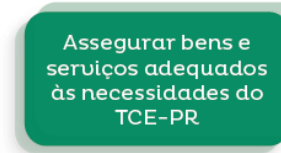
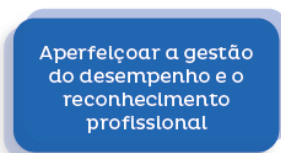
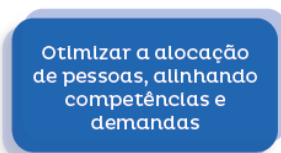
Sociedade



Processos Internos



Pessoas e Aprendizado



Orçamento e Logística



**TCEPR**